

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

AS CONTRIBUIÇÕES DE GRAMSCI À CRÍTICA DAS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS DO TERCEIRO SETOR E SEU NOVO CANTO DA SEREIA EM EDUCAÇÃO

As idéias da classe dominante são também as idéias dominantes de cada época, ou, em outras palavras, a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção intelectual.

Marx e Engels

Marcos Roberto de Lima¹

Para a compreensão do legado teórico metodológico gramsciano e sua pertinência à análise da educação em tempos neoliberais é preciso recorrer à historicidade do tema e assim compreender a trajetória percorrida por Antonio Gramsci. É necessário nos remontarmos à sua militância na III Internacional Comunista (IC) e seu debate com o marxismo mecanicista da II Internacional.

Experiência importante teve Gramsci ao observar os desdobramentos da Revolução Alemã de 1918. O proletariado alemão saíra em defesa da República de Weimar, contra o golpe de direita, conhecido como o *putsch Kapp*. Em meio a este processo, desencadeou-se a revolta comunista, onde alguns conselhos de defesa da democracia, dirigidos pelo PC, tentaram assaltar o poder pela esquerda com armas em punho. A República de Weimar estava

¹ Mestrando pela Faculdade de Educação/UNICAMP – HISTEDBR - Email: lima2782@terra.com.br

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

investida de “legalidade” democrática, pela qual o próprio proletariado havia lutado. O resultado? Uma derrota banhada em sangue (GOLIN, 1989, p. 32).

Segundo Tau Golin, esta insurreição inauguraria o fato histórico de maior importância para a estratégia revolucionária moderna. Tema do III Congresso da IC. Sua repercussão contraporia à “*teoria da ofensividade*” a tática política da *frente única*, defendida por Lenin, Radek, Trotsky, Gramsci e as principais lideranças revolucionárias, rompendo com a tese de transplante da revolução russa. Este foi o laboratório de Gramsci, fornecendo-lhe importantes elementos para as conclusões de seu conceito de *hegemonia* (idem).

Já em 1914², Gramsci passa a militar nas fileiras do Partido Socialista Italiano (PSI), momento em que trava uma luta contra o reformismo presente no grupo parlamentar e nas direções sindicais e contra a formulação fatalista e mecanicista que passou a predominar na II IC através do verbalismo revolucionário da corrente *maximalista*. Segundo Coutinho (1981, p. 7), a concepção *antieconomicista* deste período em Gramsci é marcada por motivos idealistas e voluntaristas, o que o leva a saudar com entusiasmo a Revolução Russa, na qual enxerga uma clara evidência de que a vontade humana coletiva é a verdadeira força motriz da história.

Com o intuito de combater seus adversários reformistas e maximalistas, irá organizar um periódico cujo nome será *L'Ordine Nuovo*, com a proposta de instrumentalizar teoricamente a classe operária italiana. Já a partir do nº7, datado de setembro de 1919, Gramsci irá apresentar uma preocupação mais concreta do que a ênfase culturalista que havia predominado nas edições anteriores do jornal, defendendo a passagem da luta no campo das idéias para a ação política concreta. Seu intuito é elaborar a teoria e a prática da revolução soviética – conselhistas – na Itália (idem, p. 8).

Gramsci encontrará nas Comissões Internas (CI) de fábrica, que já estavam se estruturando na Itália, sobretudo em Turim, desde 1906, aquilo que seria o equivalente italiano dos soviets. Tem ciência, no entanto, dos limites dessa organização de fábrica, propondo uma série de alterações em seu funcionamento, o que as converteria em Conselhos de Fábrica. Sua proposta não era que os Conselhos se transformassem em meros instrumentos

² Segundo Bottomore a data de ingresso de Gramsci no Partido Socialista Italiano a seria 1913 (Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Zahar editora, 2001, verbete: GRAMSCI, Antonio).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores na luta contra os capitalistas, mas que se tornassem um meio de elevar os operários à condição de *produtores* e não somente assalariados, superando sua condição de mercadoria subordinada ao capital, assumindo o controle do processo produtivo. Os conselhos seriam a base para a construção do Estado Socialista, que se concretizaria através da articulação entre os vários conselhos singulares através de um Conselho Executivo Central (idem, pp. 9-10).

Como a única forma de se conhecer a força de uma teoria é sua aplicação prática, as greves de 1920 foram outro importante laboratório para Gramsci. O mês de abril daquele ano foi marcado pelas primeiras derrotas do movimento operário no pós-guerra. A greve chamada para o dia 13, e que reuniu mais de 200 mil trabalhadores, não se estendeu nacionalmente, sendo o movimento derrotado pelos industriais, durando apenas onze dias. O movimento acenou para a possibilidade de uma insurreição geral do proletariado italiano contra o poder do Estado, mas, sobretudo, mostrou a Gramsci a necessidade de uma organização política capaz de unificar as energias revolucionárias dando-lhe uma estrutura permanente de governabilidade. Conclui, então, que a única forma de organização capaz de realizar esta tarefa é o Partido (NOSELLA, 1992, pp. 42-43).

Podemos buscar em Marx uma importante fonte teórica para as reflexões de Gramsci, ponto de partida para as análises gramscianas. Em *O Capital*, capítulo XII, *Divisão do trabalho e manufatura*, Marx se refere à formação da “grande massa do povo”³, fruto da manufatura, cuja uniformidade estacionária corrompe naturalmente também a coragem de sua mente:

Ela destrói mesmo a energia de seu corpo e o incapacita a empregar suas forças com vigor e perseverança, a não ser na operação parcial para a qual foi *adestrado* (grifo nosso). Sua habilidade em seu ofício particular parece assim ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas, em toda sociedade industrial e civilizada, esse é o estado no qual necessariamente tem de cair o pobre que trabalha (*the labouring poor*), isto é, a grande massa do povo” (MARX, 1988, livro I, vol. 1, p. 271).

³ Essa perspectiva materialista diferencia-se com toda evidência do idealismo dos irmãos Bauer apresentado, sobretudo, em sua crítica na *Sagrada família*. Os Bauer, desdenhosamente qualificavam o proletariado de “massa desprovida de espírito crítico” (LENIN, Obras escolhidas, s/d, p. 31).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Marx afirma que apesar da divisão manufatureira apresentar-se como progresso histórico, produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. Ela desenvolve a força produtiva social do trabalho não só para o capitalista, em vez de para o trabalhador, mas também por meio da mutilação do trabalhador individual. Surge como um meio de exploração civilizada e refinada (idem, p. 273).

No capítulo XXIV, *A assim chamada acumulação primitiva do capital*, assevera-se que a *formação capitalista* não se dá meramente pela imposição e coerção. Marx e Engels conseguem observar, ainda no século XIX, que as exigências do modo de produção capitalista vão se tornando *leis naturais evidentes*:

Não basta que as condições de trabalho apareçam num pólo como capital e no outro pólo, pessoas que nada têm para vender a não ser sua força de trabalho. Não basta também forçarem-nas a se venderem voluntariamente. Na evolução da produção capitalista, desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como *leis naturais evidentes* (ibidem, vol. II, p. 267).

Desconsiderar tal fato é cair na armadilha do *economicismo*, para o qual o proletariado deve travar as lutas econômicas, e, a partir delas, do movimento espontâneo da classe operária, nascerá a consciência de classe e se formarão as organizações do proletariado. Tal concepção desconsidera a dialética existente no processo da formação capitalista, transformando a teoria marxista em uma mera reprodução mecânica da base material, não compreendendo, ao certo, como o capital se faz hegemônico.

Segundo Luiz W. Vianna, após a morte de Marx e Engels, Lenin destaca-se como o melhor interprete do marxismo, tornando-se seu pensador mais original e criativo ao final do século XIX, seja pela obra, seja pela atividade política (Cf., GRUPPI, 1978, p. VIII). O papel da atividade política, da *práxis* revolucionária da classe operária, é fundamentalmente uma criação leninista, instrumentalizando de forma superior para a ação a classe trabalhadora (idem, p. IX).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*⁴, em seu item III, observa-se a importância atribuída por Lenin à educação da nova força social que irá “varrer o velho e criar o novo”: [...] E para vencer a resistência dessas classes [dominantes] só há um meio: encontrar na própria sociedade que nos rodeia, *educar* (grifo nosso) e organizar para a luta, os elementos que possam - e, pela sua situação social, *devam* – formar a força capaz de varrer o velho e criar o novo. Sua companheira N. K. Krupskaya, estudiosa da temática pedagógica afirma: “Nós precisamos criar uma escola que prepare os construtores da nova vida”. E tal preparação não deve corresponder a uma doutrinação, como alertará⁵.

A temática *político-pedagógico-cultural* acompanhará Lenin em sua polêmica com A. V. Lunatchárski, no decorrer do I Congresso do Proletkult⁶, de 5 a 12 de outubro de 1920, através de seu projeto de resolução *Sobre a cultura proletária*⁷. Neste texto, evidencia-se a ligação que Lenin faz entre instrução e luta de classes:

Na República Soviética operária e camponesa, toda organização da instrução, tanto no domínio da instrução política em geral, como, mais especialmente, no domínio da arte, deve estar impregnada do espírito da luta de classe do proletariado pela realização vitoriosa dos objetivos da sua ditadura, isto é, pelo derrubamento da burguesia, pela suspensão das classes e pela eliminação de toda exploração do homem pelo homem.⁸

O marxismo aparece aqui como uma “concepção do mundo”, ideologia do proletariado revolucionário, elemento prático da luta contra toda exploração e subsídio para o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente proletária. Desta premissa, impõe-se a necessidade de participação do proletariado através de sua vanguarda, o partido comunista, ou

⁴ Ver Lenin, obras escolhidas, s/d, pp. 38-39.

⁵ Krupskaya, In *A comuna escolar* [Prefácio] pp. 4-5.

⁶ Trata-se de uma organização cultural e educativa cujo nome deriva de “cultura proletária” e que já havia sido criada em setembro de 1917, antes mesmo da Revolução de Outubro. Tendo por principal líder Alexander Bogdánov, os membros do Proletkult negavam a herança cultural do passado, isolando-se do trabalho cultural e educativo entre as massas. Procuravam criar de forma laboratorial uma cultura proletária, desligada da realidade. Bogdánov reconhecia o marxismo apenas em palavras, aproximando-se mais de uma filosofia idealista e subjetivista machista. Incluía diferentes intelectuais burgueses com distintas posições dirigentes, assim como jovens operários que desejavam verdadeiramente promover o desenvolvimento cultural soviético. Tiveram seu auge em 1919, vindo a desaparecer em 1932 (LENIN, Obras escolhidas, vol. 3, nota de rodapé 206).

⁷ Publicado sobre o título *Sobre as Organizações da Proletkult*, no *Pravda* nº 270 de 1 de dezembro de 1920.

⁸ Lênin, Obras escolhidas, s/d, vol. 3, p. 398-399.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ainda, como se destaca: “[...] através de toda massa de todo o tipo de organizações proletárias em geral” (idem).

Assevera Lenin a necessidade, contrapondo-se assim a Lunatchárski, de que se repudie do modo mais enérgico, quaisquer tentativas de inventar uma cultura particular própria, fechada em suas organizações isoladas, não devendo o Proletkult tornar-se autônomo dentro do Comissariado do Povo, sobretudo do Comissariado do Povo da Instrução, devendo se tornar um de seus órgão auxiliares, realizando suas tarefas como parte das tarefas da ditadura do proletariado (ibidem).

O prestígio de Lenin e Krupskaya fez com que no VIII Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, em março de 1919, fosse aprovada como parte do programa político geral uma hipótese pedagógica baseada nas *Instruções aos delegados* ao I Congresso da Internacional dos trabalhadores de Marx de setembro de 1866 (MANACORDA, 2004, p. 314).

Em *O extremismo, doença infantil do comunismo*, obra de 1920, Lenin irá se basear na *Crítica ao programa de Gotha* de Marx, resumindo o programa da educação comunista: “Passar-se-á à supressão da divisão do trabalho entre os homens, à educação, instrução, preparação de homens onilateralmente desenvolvidos e onilateralmente preparados, de homens capazes de fazer tudo”⁹ (idem, p. 315).

Não era outro o intuito de Lenin e Krupskaya senão concretizar uma “escola única do trabalho”, orientada por uma pedagogia não descolada da vida real, mas que representasse sim o que de mais desenvolvido havia nas forças produtivas de sua época. Não por acaso irá dizer Lenin a sua companheira: “É preciso estudar minuciosamente a experiência americana, é preciso fazer nosso tudo aquilo que se conseguiu conquistar nos países capitalistas, avaliá-lo com base no critério da nossa posição marxista e ver o que nos convém e o que não nos convém” (ibidem, p. 313).

Na melhor tradição marxista sublinha-se a singularidade de Antonio Gramsci que, apesar de não ter sido visto como *revisionista* é acusado de heterodoxia pela crítica não

⁹ O homem só adquire sentido em sua historicidade. Já Platão entende a sociedade como um todo educante através da idéia de “*Pantakhou*” e que será dito por Marx ao criar o conceito de “Homem Onilatetal”(NOSELLA, apresentação, In MANACORDA, 2004, p. 2).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

marxista. Sua obra especializa-se no estudo e observação dos fenômenos superestruturais, tais como a política, a cultura e o sistema de valores no contexto da ordem capitalista. Como referido anteriormente, sua metodologia permanece marxista, tendo em vista que, assim como Lenin, a base para a compreensão desses fenômenos são as transformações materiais, cujo resultado foi o advento do capitalismo maduro do final do século XIX, ao qual Lenin chamou de sua “fase superior”, e que para Gramsci culminaria em um novo tipo de sociedade de tipo ocidental, baseando-se na imposição do consenso mais que meramente na coerção (GRUPPI, 1980, pp. 80-81).

Há uma identidade entre o ponto de vista gramsciano e leninista. Nos Estados capitalistas avançados a *sociedade civil* teria se transformado numa estrutura complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato, funcionando suas superestruturas como “o sistema de trincheiras na guerra moderna”. Segundo Gramsci: No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente haveria entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação, e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil (1978, p. 75), Contrapondo-se a Trotsky, Lenin¹⁰ teria percebido que a revolução proletária não poderia ser exportada através de operações político-militares como o fora a revolução burguesa de Napoleão Bonaparte. Pois em muitos casos a *Revolução Permanente* não representaria a libertação da sociedade civil das amarras de um Estado antagônico, o que foi evidenciado na Revolução Alemã (VIANNA, op. cit. pp X-XI). Nestes casos experimentaríamos da pior maneira a derrota e a força das “trincheiras burguesas” em meio à sociedade civil.

É evidente a preocupação de Gramsci com o desvendar de tais trincheiras na superestrutura da sociedade civil, sendo imprescindível uma análise histórico-concreta de

¹⁰ Em *A doença infantil do esquerdismo no comunismo*, texto datado de abril-maio de 1920, evidencia-se a preocupação de Lênin em compreender as condições específicas da Revolução Russa. Ao elaborar sobre a participação ou boicote ao parlamento, asseverará a necessidade de se compreender a situação nacional, uma vez que para a Europa Ocidental seria mais difícil começar a revolução socialista. Este método leninista impõe aos revolucionários a tarefa de compreensão das condições específicas de cada país, ao mesmo tempo em que a tática deve ser elaborada à luz das relações em escala mundial: A tática deve ser construída tendo em conta serenamente, com estrita objetividade, *todas* as forças de classe do Estado de que se trate (e dos Estados que o rodeiam e de todos os Estados à escala mundial), e também tendo em conta a experiência dos movimentos revolucionários (Obras Escolhidas, s/d, p. 308-309).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

elementos como a cultura, instituições, valores sociais, vistos por ele como partes constituintes do poder, e sua relação com o aparelho do Estado. Seguindo a angulação desenvolvida por Lenin, privilegia uma formação social concreta, postulando formular um planejamento estratégico-tático que viabilize a expansão da força política e social da classe operária em direção ao poder (idem, p. XII). Procura tornar consciente o processo de disputa entre as classes sociais na sociedade civil. A partir desse passo, a classe subalterna deve procurar a separação de determinados aparatos ideológicos da aderência do Estado, tornando-se, a partir de então, agências privadas sob sua direção. Afirma Lenin, contrapondo-se à tomada incosequente do poder: “os operários ‘conscientes’ (grifo nosso) são pelo poder único dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas, camponeses e soldados, pelo poder único preparado pelo *esclarecimento* da consciência proletária e pela sua libertação da influência da burguesia, e não por meio de aventuras”¹¹.

E é a partir da teoria marxiana e leninista que Gramsci faz avançar seus conceitos, procurando interpretar na realidade aquilo que se constitui na sedimentação da ordem burguesa, ao mesmo tempo em que busca as fissuras que representam a superação de tal ordem:

Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas *ideológicas* (grifo nosso) pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1986, p. 52).

¹¹ LENINE, *Sobre a dualidade de poderes*. In Obras escolhidas, tomo 2, Alfa-omega, 1988, pp. 17-19.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Esse processo de apreensão da situação concreta, na perspectiva da transformação revolucionária corresponde à junção entre teoria e prática, correspondendo a política à real *filosofia da práxis* anunciada na décima primeira tese de Marx sobre Feurbach, qual seja: “os filósofos até agora interpretaram o mundo, porém, do que se trata agora é de transformá-lo.” Gramsci avança a partir da compreensão da tese engelsiana em *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*: o proletariado alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã, sendo tal porque realiza na prática as teses da filosofia, resolve e supera na prática aquelas contradições filosóficas que, no plano do pensamento especulativo, não podem ser resolvidas, podendo sê-lo apenas numa nova sociedade, numa sociedade comunista.

Não é outro o sentido da “ditadura do proletariado”, já que a hegemonia do proletariado para Gramsci tem um grande valor filosófico, pois representa a transformação, a construção de uma nova sociedade, de uma nova estrutura econômica, de uma nova organização política e também uma nova orientação ideológica e cultural, correspondendo a revolução também a uma *reforma intelectual e moral* (GRUPI, op. cit, p.2). Há uma semelhança entre este conceito gramsciano e a *revolução cultural* da qual fala Lenin, referindo-se ao mundo rural russo nos últimos anos de sua vida (idem, p. 3; GRUPPI, 1980, p. 71).

Podemos concluir, portanto, que o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua plenitude, operando não somente sobre a estrutura econômica e organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, orientar-se ideologicamente e também sobre o modo de conhecer. Se da mudança da estrutura deriva uma mudança do modo de pensar e da consciência, a hegemonia do proletariado, transformadora da sociedade, transforma também o modo de pensar.

Aqui se vê a forte influência de Lenin que, para Gramsci, teria feito com que a filosofia progredisse enquanto filosofia, avançando a doutrina e a prática política. A ditadura do proletariado representaria sua máxima contribuição à filosofia, o filósofo como homem político transformador (ibidem p. 4). Há uma estreita conexão entre o conceito de hegemonia do proletariado gramsciano e a ditadura do proletariado de Lenin, sendo esta última a forma

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

na qual se expressa o processo de conquista e de realização da hegemonia: “o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora”. Apresenta-se aqui a hegemonia como capacidade de direção, de conquistar alianças e fornecer uma base social ao Estado proletário. A hegemonia do proletariado se realizaria na sociedade civil, enquanto a ditadura do proletariado seria a forma estatal assumida pela hegemonia.

Analisando as teses e resoluções do II Congresso da III IC, podemos encontrar no item *As principais tarefas da Internacional Comunista*, subtítulo II, item 9: a ditadura do proletariado é a realização mais completa da dominação de todos os explorados, oprimidos, embrutecidos, amedrontados, dispersos, enganados pela classe capitalista, mas conduzidos pela única classe social preparada para esta missão dirigente por toda a história do capitalismo. A preparação da ditadura do proletariado deve iniciar-se imediatamente em todos os lugares pelos seguintes meios:

Em todas as organizações sem exceção – sindicatos, uniões, etc. -, proletários primeiro e depois não proletários, massas laboriosas exploradas (sendo elas políticas, sindicais, militares, cooperativas, escolares, esportivas etc.), grupos ou núcleos comunistas devem ser formados, de preferência abertamente, mas, se for necessário, clandestinamente – o que se torna obrigatório todas as vezes que sejam colocados fora da lei e seus membros ameaçados de prisão; esses grupos, unidos entre si e unidos ao centro do partido, trocam experiências, ocupando-se da agitação, propaganda e organização, adaptando-se a todos os domínios da vida social, a todos os aspectos e a todas as categorias da massa laboriosa, deve proceder por seu trabalho múltiplo a sua própria *educação* (grifo nosso), a do Partido, da classe operária e da massa. [...] Convém saber abordar as massas com paciência e circunspeção, a fim de compreender as particularidades psicológicas de cada profissão, de cada grupo no interior desta massa. (op. cit., p. 59).

Há uma grande preocupação em manter-se o contato permanente com as organizações proletárias mais amplas. A ditadura do proletariado pressupunha a batalha pela hegemonia da classe trabalhadora, onde esta estivesse organizada. Organizações de inválidos em diversos países, sociedades “Não toquem na Rússia” (Hands off Rússia) na Inglaterra, uniões proletárias de inquilinos etc. Encontramos também referência a conferências de operários e

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

camponeses que se declaram “estranhos” aos Partidos. Cola-se na ordem do dia a preocupação com questões como alimentação, habitação, questões militares, “ensino” (grifo nosso), tarefa política do momento presente. Destaca-se a necessidade de um trabalho sistemático de educação e organização no seio desses movimentos ou associações.

Gramsci irá adotar esta perspectiva revolucionária desenvolvendo sua tese da “guerra de posições”, qual seja ocupar espaços no intrincado emaranhado hegemônico. Segundo Gohn, o autor entra na história das idéias políticas como sendo o primeiro autor a compreender o espaço da sociedade civil como espaço de organização da cultura, estando, para ele, na superestrutura social. A dominação de uma classe sobre a outra não se daria apenas no plano econômico, mas em diversas instâncias: A hegemonia não é um mero produto do domínio do econômico e, conseqüentemente, do Estado, que estaria sob o controle da classe dominante. Ela ocorre também e principalmente, no plano cultural, e expressa o poder de uma determinada classe de dirigir moral e intelectualmente o conjunto da sociedade. O espaço principal para a disputa pela hegemonia seria a sociedade civil, que se completaria no plano da sociedade política – o Estado (COSTA, 1997: 05, In GOHN, 2005, pp. 64-65).

O conceito de hegemonia gramsciano inclui a cultura como processo social global, tornando-se ferramenta fundamental para o processo de transformação social, representando a visão de mundo dos grupos sociais. A cultura popular passa a representar uma concepção estratégica, sendo parte do processo de busca de mudanças e transformações sociais:

Desenvolver uma nova cultura política a partir de fragmentos da cultura popular composta de “aglomerados indigestos de fragmentos que só podem viver isolados em guetos culturais”, de forma que a cultura subalterna – feita de pedaços de culturas e civilizações precedentes e de restos da cultura dominante – se transforme em cultura autônoma, crítica, hegemônica e, aos poucos, hegemônica. Isso implica *transformar a sociedade civil* (grifo nosso), criando-se as bases para a absorção da sociedade política (GOHN, 2005b, pp. 43-44).

A análise de Gohn sobre a sociedade civil não deixa de ser problemática. Ao tratar dos novos atores que emergem na sociedade brasileira a partir dos anos de 1990, separa as ONGs do campo das organizações do terceiro setor. Afirma que, apesar das possibilidades abertas, elas enfrentam uma inglória disputa com este setor, cujo perfil é mais corporativo e assistencialista, com sua estrutura apoiada em grandes grupos ou companhias empresariais

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

que atuam na chamada *economia social* (GOHN, 2005 a, pp. 112-113). Para Montañó, a substituição do velho militante do movimento social (anos de 1970-1980) pelo militante da ONG (anos de 1990) é fruto de um conceito vago de movimento social que a autora toma de Castells, como sendo “ações coletivas propositivas”, separando-se “prática” e “sistema”, o que em Habermas corresponderia à separação entre “mundo da vida” e “sistema” (MONTAÑO, op. cit., pp. 88-105), e cujas constatações históricas abririam caminho para a confusão e difusão da lógica do terceiro setor (idem, p. 139).

Gramsci utiliza a expressão “sociedade civil” em uma dupla acepção. Vertendo para o italiano o termo *bürgerliche Gesellschaft*, utiliza a expressão “sociedade burguesa”, retomando o conceito marxiano de sociedade civil como “verdadeiro lar e teatro da história”, organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, formando em todos os tempos a base do Estado e da restante superestrutura idealista¹². Marx teria visto a conexão entre a sociedade civil e o Estado, separadas pelo pensamento liberal: a sociedade política, o Estado, é a expressão da sociedade civil, isto é, das relações de produção que nela se instalaram (GRUPPI, 1980, p. 26). Mas Gramsci fala também da sociedade civil como esfera superestrutural nova, formando, juntamente com o Estado em sentido estrito, a forma contemporânea do Estado, realizando uma superação dialética do conceito marxiano de Estado (In NEVES, 2005, p. 22, rodapé 2). Para Gruppi, ocorre que Gramsci se dá conta que esta é uma distinção de método, não orgânica e que na realidade esses dois elementos estão estritamente ligados.

Aqui chegamos a um ponto crucial da análise gramsciana e de sua pertinência para a compreensão desta zona nebulosa em que se constituiu o chamado terceiro setor. É importante destacar que não há uma ruptura entre a análise marxiana, ponto de partida para Gramsci, e seu conceito de Estado ampliado. O que Gramsci faz, seguindo o método desenvolvido por Marx em sua *Contribuição à Crítica da Economia Política* de 1859, é perceber as

¹² Segundo Marx e Engels: A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, é a *sociedade civil*, esta [...] tem por pressuposto e fundamento a família simples e a família composta, a assim chamada tribo [...] essa sociedade civil é o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às pomposas ações dos príncipes e dos Estados [...] (2007, p. 39). Apesar da expressão “verdadeiro lar e teatro da história” ser, por vezes, identificada com a perda da categoria *classe social*, uma vez que pode pressupor a atuação de “atores”, mativemos a tradução utilizadapor Neves, uma vez que a autora conserva a centralidade da categoria trabalho e, por conseguinte, a pertinência da categoria classes sociais.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

transformações ocorridas na conformação do Estado ocidental a partir da “formação social”¹³ que enxergava em sua época. Alguns autores têm se apropriado indebitamente do legado teórico metodológico de Gramsci para afirmar existir uma cisão entre Estado, Mercado e o terceiro setor. É o que faz Norberto Bobbio (MARTINS, 2008).

Para Bobbio o conceito gramsciano de sociedade civil é superestrutural e situa-se na *intermediação entre* “base econômica” e “sociedade política” (MONTAÑO, 2007, p. 121) o que fundamentaria a setorialização do social operada pelos autores que advogam pelo terceiro setor. Segundo Carlos Montaña, uma leitura rápida e livre de passagens de Gramsci pareceria levar o analista do terceiro setor a uma segmentação da realidade: “sociedade política”, “base econômica” e “sociedade civil” corresponderiam e se sobreporiam a “primeiro, segundo e terceiro setores”.

Gramsci não esgota a superestrutura na sociedade civil. O Estado *lato sensu* corresponde à *sociedade política* mais a *sociedade civil*. A primeira corresponderia ao “Estado-coerção” desenvolvendo funções de ditadura, coerção e dominação - “aparelhos coercitivos e repressivos” - enquanto a sociedade civil, o “Estado ético”, teria as funções de hegemonia, consenso e direção - mediante “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”. Eis a concepção de Estado ampliado gramsciana:

Permanecemos sempre no campo da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma rerepresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção). Numa doutrina que conceba o Estado como tendencialmente passível de extinção e de dissolução na sociedade regulada, o argumento é fundamental. O elemento Estado-coerção pode ser imaginado em processo de desaparecimento, à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético ou sociedade civil) (GRAMSCI, 1978, p. 149).

¹³ Ver *Prefácio à Crítica da Economia política* de 1859. Luciano Gruppi afirma que nesta obra Marx faz avançar seu conceito de “forma social”, apresentado na Ideologia Alemã, passando a utilizar o conceito “formação social” caracterizando uma fase do desenvolvimento da sociedade que se distingue das demais pela estrutura econômica predominante, ou seja, pelas relações de produção e de troca que caracterizam essa fase do desenvolvimento (GRUPPI, 1978, 4ª ed., p 19)

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Este par conceitual, segundo Coutinho, marca uma “unidade na diversidade” (Cf., MONTAÑO, pp. 124-125). Conclui-se, portanto, que, diferentemente do que supõem os autores do terceiro setor, não há uma divisão tripartite e setorialista no modelo teórico gramsciano, prevalecendo a visão marxiana de *totalidade*.

Indevidamente se atribui a Gramsci a *primazia do político sobre o econômico*, da superestrutura sobre a estrutura. Mais uma vez nos remontamos a Bobbio. O autor parece supor que Gramsci ao analisar a sociedade como componente superestrutural a retira da infraestrutura, perdendo a centralidade ontológico-genética marxiana para atribuí-la a um elemento da superestrutura. No entanto, como afirma Montaña:

Há, em Gramsci (na esteira de Marx), à diferença dos autores do “terceiro setor”, um caráter claramente *classista* na sociedade civil – aqui se expressa a articulação das esferas sociais, ignorada por estes teóricos: a “sociedade civil” gramsciana faz parte do Estado (*lato sensu*) que por sua vez é permeado pelos interesses e conflitos das classes sociais conformadas na estrutura econômica (ibidem, p. 126).

A partir dessa sua assertiva sobre o Estado, Gramsci coloca em prática seu conceito de hegemonia e apresenta a percepção da “politização da sociedade civil”, o que demandaria um novo formato às disputas pelo próprio poder, onde a classe que o detêm passa a buscar incessantemente a legitimação de suas práticas e idéias destinadas à tentativa de conversão de interesses particulares em gerais (NEVES, op. cit., p. 24). Na busca pela direção da sociedade a classe dominante passa a utilizar-se de aparelhos difusores de idéias. É aí que Gramsci enxerga na sociedade civil uma importante *dimensão superestrutural nova*. Como afirma Semeraro:

Para Gramsci, a sociedade civil não está orientada em função do Estado e nem se reduz ao mundo infernal das relações econômicas burguesas, mas é principalmente o extenso e complexo espaço da moderna sociedade onde se travam os enfrentamentos ideológicos, políticos e culturais que definem a hegemonia dum grupo dirigente sobre toda a sociedade. Sem subestimar o peso das estruturas e da base econômica, Gramsci – no melhor espírito da filosofia da práxis – estabelece uma dialética relação entre sociedade civil e sociedade política e tece uma justa relação entre as condições objetivas da realidade e a vontade de organização de sujeitos ativos, capazes de construir livremente o “bloco histórico” (SEMERARO, 1999, p. 131).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A partir da análise da modificação da estrutura e dinâmica da sociedade, afirma haver um processo de expansão de aparelhos privados de hegemonia, o que caracterizaria uma diferenciação entre as “sociedades de tipo oriental”, baseadas na força e coerção, e a “sociedade ocidental” baseada na adesão espontânea, no consenso (NEVES, 2005, p. 25).

Para Montañó, da concepção ampliada do Estado gramsciana surge uma nova teoria da revolução. Nas *sociedades de tipo oriental* não haveria ainda um desenvolvimento forte e autônomo da sociedade civil, sendo esta primitiva e gelatinosa enquanto o Estado era tudo. As lutas de classe, portanto, se travam fundamentalmente visando a conquista explosiva do Estado, o que Gramsci chama de “guerra de movimento”. Por sua vez, nas *sociedades de tipo ocidental* haveria uma relação equilibrada entre ‘sociedade política’ e ‘sociedade civil’, tendo como terreno decisivo para a luta de classes os “aparelhos privados de hegemonia”, na medida em que visa à obtenção da direção político-ideológica e do consenso (MONTAÑO, op. Cit, p. 127).

Segundo Luciano Gruppi, Gramsci já havia enxergado em Lenin a necessidade da “guerra manobrada” (grifo nosso). Lenin intui, mesmo não desenvolvendo seu pensamento, que no ocidente as coisas se colocam de modo diverso que na Rússia, onde mencheviques e socialistas revolucionários não tinham podido ainda fixar suas raízes através de elementos de trincheira e de fortaleza representados pelos elementos da sociedade civil (GRUPPI, op. cit., 140). A essa tática de “ocupar espaços”, aproveitando as fissuras do Estado, em seu sentido ampliado, Gramsci chama de “guerra de posições”. É importante destacar, como o faz Montañó, que: a “guerra de posições”, como sugere Netto, sem a perspectiva clara de uma “guerra de movimento”, ignora a dinâmica específica das instituições políticas vigentes sob a dominação de classe da burguesia (ibidem, p.128).

No Brasil pós-1985, observa-se, segundo Coutinho, dois projetos de “ocidentalização” em disputa. Um modelo “liberal-corporativo” (típico dos EUA) e um modelo de “democracia de massas” (típico dos *Welfare* europeus). Neste período observa-se uma tentativa das classes dominantes, orientadas pelo ideário neoliberal, conquistarem a hegemonia através da desregulamentação social, “*mercantilizando*” a sociedade civil (idem). Durante esse processo, por outro lado, se dá a organização de projetos de uma sociedade democrática, o que

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

publicizaria a sociedade civil. Nos dizeres de Evelina Dagnino, ocorre uma “confluência perversa” entre esses diferentes projetos.

Segundo Montañó, os autores do terceiro setor entendem sua proposta de democratização da sociedade através da ampliação deste setor, como se fosse isento de interesses de classe e ideologia:

O problema, que revela a clara *funcionalidade* dessa proposta com o projeto neoliberal, consolida-se na despolitização operada no “terceiro setor”, na retirada das contradições de classe (que estão presentes no conceito gramsciano de sociedade civil), na sua desarticulação com as esferas estatal e infra-estrutural e, portanto, no efeito de encobrir à lógica “liberal-corporativa” que termina assumindo essa proposta supostamente “democratizadora”, dando (resignadamente) como fato a retirada do Estado das respostas à “questão social” e a “flexibilização” (ou esvaziamento) de direitos sociais, econômicos e políticos, historicamente conquistados e garantidos pelo Estado democrático e de direito (nos países centrais), ou a maior precarização, descentralização e focalização da já reduzida intervenção social do Estado (nos países periféricos) (op. cit., p. 129).

Não é necessário discorrer novamente sobre a caracterização gramsciana da sociedade civil, mas é importante reafirmar que a mesma parte da análise da correlação de forças. Como afirma Montañó: “uma luta, portanto, operada no chamado “terceiro setor” que tanto ignore a correlação de forças como se processe em autonomia das lutas nas demais esferas da sociedade, é, decerto, uma luta claramente funcional ao projeto das classes hegemônicas.”(op. cit., p. 130).

Baseando-se na análise de Coutinho sobre a sociedade brasileira, Montañó recorre a nosso passado recente de ditadura militar para analisar o deslocamento temporal feito pelos autores do terceiro setor. Em determinado momento da ditadura militar brasileira a sociedade civil organizada conseguiu reunir, em oposição ao poder militar concentrado no Estado, o conjunto das forças “democráticas”, provenientes de diversas classes, posturas ideológicas, movimentos sociais e partidos. Havia uma visível divisão entre o Estado militarizado e uma sociedade civil moderna (“ocidentalizada”). Essa dicotomia foi marcada por uma ênfase maniqueísta, onde tudo que provinha da sociedade civil era visto como *positivo* enquanto o Estado passava a ser “satanizado”. Estaria então a fração da “esquerda” que absorve e

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

incorpora o discurso do terceiro setor permeada por dois vícios: a) a falsa oposição militar/civil, sendo o Estado pós-64 visto como o Leviatã, militarizado e absolutista, e a sociedade civil como único espaço de participação cidadã; b) o vício da falsa oposição Estado/sociedade civil, sendo a esfera estatal considerada como controlada irremediavelmente pelo capital e pelo *status quo*, e onde a oposição, de setores sociais progressistas e trabalhistas, apenas deve estar presente na sociedade civil. Segundo Montañó, esses autores realizam um deslocamento temporal, acrítico, ao “santificarem” a sociedade civil:

O problema dos autores do “terceiro setor” está em *transportar temporalmente, descontextualizando*, a oposição (empiricamente constatável naquele contexto) entre Estado e sociedade civil – ignorando, assim, as diferenças entre “*aquela*” Estado (militarizado) e, “*este*” Estado (democrático e de direito), “*aquela*” sociedade civil (onde as contradições de classe voltaram ao centro da sua lógica e os movimentos e organizações da classe trabalhadora são debilitados). Isto denota um problema conceitual, ideológico, histórico, político... (idem, pp. 131-133.).

Portanto, não é sem propósito que os autores do terceiro setor tentam ofuscar as contradições sociais existentes na sociedade civil, apropriando-se do legado teórico metodológico gramsciano, porém perdendo sua orientação marxista da totalidade. De fato, para se reproduzir como sistema de vida hegemônico, o capitalismo procura conformar um “bloco histórico”¹⁴ que garanta a hegemonia da classe dominante economicamente e dirigente no sentido ético-político. E faz isso utilizando os recursos e os aparelhos da sociedade civil e da sociedade política, numa operação mediada pelos intelectuais comprometidos com manutenção do modelo de sociabilidade presente. É o que afirma Marcos F. Martins ao tomar Bobbio por interlocutor:

Assim entendido o conceito de “sociedade civil” por Gramsci, não haveria qualquer possibilidade de ele ser utilizado como fundamento teórico para o que se identifica hoje como “terceiro setor”. Isso porque, pelo que se observa da acepção que Gramsci confere ao conceito de “sociedade civil”,

¹⁴ Apresentando uma novidade em relação ao bloco operário e camponês de Bukárin, Gramsci propõe um bloco *político e cultural*, que ao mesmo tempo que é *econômico*, exige uma relação orgânica entre povo e intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos, correspondendo a um ato histórico realizado pelo homem coletivo, uma *unidade social e cultural* que unifica as vontades esparsas em direção a um mesmo fim (BUCI-GLUKSMANN, 1980, p. 362).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ele não é nem independente do Estado e do mercado e nem, muito menos, despolitizado ou desideologizado. Pelo contrário, visto como um dos elementos que compõem a relação orgânica e dialética que se estabelece entre estrutura e superestrutura social, ele se apresenta não só como espaço político para se disputar a hegemonia em uma formação social ocidental específica, como também como um recurso heurístico para melhor se compreender e analisar quais os contornos do “bloco histórico” em sua dinâmica concreta (MARTINS, 2008).

Segundo Neves, o conceito de bloco histórico, utilizado para indicar a relação entre sociedade civil e Estado em sentido estrito, assegura um tratamento metodológico no estudo da sociedade civil que a coloca em relação com as idéias, ideais e práticas governamentais:

Para a compreensão da natureza e do grau de desenvolvimento da sociedade civil no processo de luta de classes em cada formação social, faz-se imprescindível estudá-la em contato direto com o conjunto das estratégias de reprodução ampliada do capital, assim como em relação às práticas coercitivas e diretivas governamentais para a conquista, conquista e aprofundamento do consentimento, “sempre provisório” (grifo nosso), do conjunto da sociedade ao projeto de sociabilidade da classe dominante e dirigente (NEVES, op. cit., p. 25).

Tanto Martins, quanto Neves fazem-se valer do conceito gramsciano de *bloco histórico* para dialogarem com aqueles que percebem em Gramsci a possibilidade de caracterização de uma *sociedade civil autônoma*, representada pelo terceiro setor. A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes, tendendo a conservá-las juntas através da concepção do mundo que ela traçou e difundiu. Portanto, a luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade, de sua base econômica à superestrutura política e ideológica (GRUPPI, op. cit., p. 78).

Gramsci conserva firmemente o ensinamento de Marx, qual seja de que a crise revolucionária é essencialmente a contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, sendo essencialmente uma crise da estrutura econômica. Para ele, no entanto, a crise revolucionária é vista sobre tudo no nível da superestrutura e é lida no nível da hegemonia e concebida como *crise de hegemonia*. Tal crise envolve toda a sociedade, todo o bloco histórico, não esquecendo que para Gramsci o bloco histórico é formado pela estrutura e superestrutura (idem, p. 79).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Segundo Neves, Gramsci contribui para o entendimento da natureza das relações capitalistas na atualidade quando observa que o Estado moderno, “por substituir o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dominante e dirigente”, redefine suas práticas, tornando-se *educador*. A autora destaca:

O Estado educador, como elemento de cultura ativa, deve servir para determinar a vontade de construir, no invólucro da sociedade política, uma complexa e bem articulada sociedade civil, em que o indivíduo particular se governe por si sem que, por isso, esse autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico (op. cit. 26).

Para Gramsci, “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”. E é por isso que este Estado educador passa a desenvolver uma nova *pedagogia da hegemonia*. Mas essa relação não está isenta de conflitos. Dado o caráter contraditório e conflituoso das sociedades de classes, desenvolve-se no Estado *stricto sensu* e na sociedade civil, majoritariamente, uma pedagogia da *contra-hegemonia* por parte das classes dominadas (idem, p. 27). Abre-se a possibilidade de criação de espaços contra-hegemônicos e necessidade de conformação de um novo bloco histórico, onde as classes subalternas desenvolvam seus *aparelhos privados de hegemonia* e possam dar a luta nos aparelhos hegemônicos do grupo dominante. As disputas travadas em meio aos aparelhos privados de hegemonia não são, para Gramsci, garantia de alargamento de suas chances de contra-hegemonia, uma vez que não se constitui em uma relação entre iguais.

Neves diferencia a pedagogia da hegemonia das sociedades de tipo oriental daquela desenvolvida pelas sociedades ocidentais:

Nas sociedades orientais, a pedagogia da hegemonia era exercida principalmente por meio de ações que tinham funções educativas regressivas e negativas (em especial, por intermédio dos tribunais); nas sociedades ocidentais, mais politicamente estruturadas, a pedagogia da hegemonia passa a exercer mais sistematicamente por meio de ações com função educativa positiva, que se desenvolvem primordialmente na sociedade civil, nos aparelhos de hegemonia política e cultural das classes dominantes, sendo, para Gramsci, a escola o mais importante deles (ibidem).

A partir desse ponto, faz-se necessário discorrermos sobre a educação e sua pertinência na obra gramsciana, uma vez que se constitui num dos principais focos do terceiro setor,

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

sendo o principal aparelho de hegemonia política e cultural das classes dominantes, como destaca Neves.

Enquanto nas sociedades urbano-industriais os aparelhos ideológicos em seu conjunto contribuem para a formação do homem coletivo, a *escola* (grifo nosso), mais especificamente, se responsabilizaria pela formação de intelectuais de diferentes níveis¹⁵. A escola teria como objetivo elevar o grau de consciência individual atingido pela humanidade, sendo o espaço social de formação de um novo tipo de humanidade. Ela tem também a incumbência de formar aqueles intelectuais orgânicos em seu sentido estrito (ibidem, p. 28). Ao formar intelectuais orgânicos, sob a hegemonia burguesa, a escola torna-se um importante instrumento de difusão da *pedagogia da hegemonia*, apoiando-se nos ideais, idéias e práticas da classe dominante e dirigente, tornando-se um veículo que limita o desenvolvimento de uma *pedagogia da contra-hegemonia*. Esse tipo de escola, sob a direção burguesa, não permite aos intelectuais orgânicos do proletariado tornarem-se dirigentes de sua classe e construir uma concepção humanista histórica, mantendo-os no limite da técnica-trabalho técnica-ciência (ibidem, p. 29).

Mas que tipo de escola propõe Gramsci? Certamente sua experiência histórica com o processo revolucionário russo foi fundamental para suas caracterizações, assim como, podemos encontrar continuidade e ruptura com o Marx que discorre sobre educação. Gramsci conhecia seus textos publicados à época, lembrando que textos como os *Manuscritos de 1844*, *A ideologia alemã e os Grundrisse* foram publicados após sua morte ou mesmo censurados pela vigilância nos difíceis anos do cárcere. Nunca realizou uma crítica filológica dos textos

¹⁵ Para Gramsci, em sentido amplo, todos os homens são intelectuais, pois tem uma concepção de mundo, integram organismos sociais, trabalham, realizam uma atividade criadora qualquer, deliberam sobre os rumos de sua vida em graus distintos de organicidade do pensamento, que vão desde uma visão fragmentária a uma visão unitária de mundo (NEVES, op. cit., p. 28). Martins alerta para o fato de que para Gramsci o senso comum e religião contêm visões de mundo, mas não podem ser confundidos com a filosofia, pois esta “(...) é uma ordem intelectual, (...) é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, neste sentido, coincide com o ‘bom senso’ que se contrapõe ao senso comum” (MARTINS, 2000, p. 18). “Por intelectuais deve-se entender não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta denominação, mas, em geral, todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo: correspondem aos suboficiais e oficiais subalternos do Exército e também, em parte, aos oficiais superiores de origem subalterna”(GRAMSCI, In NEVES op. cit., rodapé 5; ver também, *Cadernos do cárcere*, vol. 2, I. *Os intelectuais. O princípio educativo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

pedagógicos, nem de qualquer texto de Marx (Manacorda, 2007, p. 135). Certamente pode acompanhar os debates e as primeiras realizações no campo do ensino nos difíceis anos de 1922-1923, quando esteve na Rússia, o que é confirmado pelo teor das correspondências com os familiares que viviam na União Soviética durante seus anos de prisão, período em que era aparente sua preocupação com a educação dos filhos Délio e Giuliano, com as instituições escolares e as diretrizes pedagógicas do Estado socialista.

Há em Gramsci um resgate da conexão marxiana e leniniana de ensino-trabalho, sem, no entanto, acolher integralmente a hipótese marxiana de um trabalho produtivo, industrial e, portanto, remunerado, das crianças (idem, p. 136), o que deve ser entendido à luz do contexto histórico em que Marx, marcado pela exploração da mão-de-obra infantil¹⁶, e que irá influenciar suas propostas pedagógicas. Gramsci não fala de trabalho industrial¹⁷, de inserção das crianças na fábrica, mas sim de desenvolver nelas a capacidade de trabalhar industrialmente, num processo escolar coordenado com a fábrica, mas dela autônomo.

Segundo Manacorda, é comum a tendência de enfatizar em Gramsci o momento cultural e humanístico. No entanto, assim como seria errado entender esse humanismo no sentido tradicional, é também equivocado assinalar nesses elementos culturais a sua separação de Marx, como se houvesse um Marx praticista em confronto com um Gramsci humanista (ibidem, p. 137). Mesmo porque essa formação intelectual ou espiritual (*geistig*) já está presente em Marx, que soube como poucos apreender toda a riqueza desenvolvida pela humanidade em sua época. Assim, Gramsci, seguindo o pressuposto pedagógico marxiano da *onilateralidade*, propõe uma formação que supere a passividade intelectual:

Assim como Marx denuncia o caráter prático dado pelo capitalismo aos métodos de ensino, Gramsci considera a tendência de abolição de todo tipo de escola formativa e a multiplicação das escolas profissionais especializadas como um processo de crescente degeneração, e considera até paradoxal que tal tendência seja apresentada como democrática. Para ele a democracia na educação não pode consistir, de fato, em consentir estratificações internas nos vários grupos sociais, a possibilidade de que os serventes de pedreiro se tornem qualificados, porque isto não suprimiria, de fato, a característica social, ou seja, a discriminação, que consiste

¹⁶Ver *Maquinaria e grande indústria*, In MARX, 1988, vol. II, cap. XIII, pp. 5-100.

¹⁷ Sobre *A escola do trabalho*, ver GRAMSCI, Escritos políticos (1916-1926), In *Antonio Gramsci para os educadores*, NOSELLA (org), UNINOVE e UFSCAR, 2008.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

exatamente no fato de que cada grupo social tenha a sua escola. A escola por não ser socialmente qualificada ou discriminante, deve educar de modo que todo cidadão possa tornar-se dirigente. Pensa, portanto, num tipo de ensino e preparação ao trabalho que conserve ao máximo o caráter marxiano da onilateralidade; quer que os *elementos sociais utilizados no trabalho profissional não caiam na passividade intelectual*, mas possam dispor de todas as possibilidades de atividade cultural e de trabalho científico (ibidem, p. 138-139).

Ocorre na sociedade capitalista uma franca cisão entre o saber e o fazer: quem sabe coordena as ações do complexo sistema de operações na produção de mercadorias, enquanto quem faz somente se limita a executar tarefas práticas pré-determinadas. A história da educação é marcada pelo fato de que quem sabe passa a controlar e tomar posse dos frutos do trabalho coletivo e coordená-lo de acordo com seus interesses particulares. Para aqueles que buscam a transformação da realidade social pondo fim às divisões sociais e políticas, se faz necessário não abrir mão da aproximação entre o saber e o fazer. Em Gramsci não se separa a batalha pedagógica da luta política uma vez que a aproximação do saber e do fazer no processo educativo traria conseqüências políticas que poderiam estender as benesses da produção para uma maior parcela de todo o coletivo social (MARTINS, 2000, p. 21s).

Martins destaca os limites das iniciativas no âmbito da escola, uma vez que o conjunto de aparelhos que buscam manter a hegemonia política e cultural da classe dominante e dirigente é muito mais amplo. Daí a pertinência de Gramsci e sua proposta de reforma que busca a articulação entre as lutas pela mudança da escola com as lutas mais amplas pela transformação social e pela disputa do poder. É por isso que ao partido político revolucionário impõe-se a tarefa de articular o movimento de construção de uma nova superestrutura concomitantemente com a transformação da base material. Essa transformação revolucionária torna-se um ato coletivo da classe subalterna que atinge a totalidade social. É também um ato educativo, uma vez que o ato de educar e libertar reeduca e liberta todo o coletivo social - o educador que se reeduca no ato de educar¹⁸ (MARX, 3ª tese sobre Feuerbach, s/d) eis o conceito de educação enquanto práxis revolucionária.

¹⁸ MARX, 3ª Tese sobre Feuerbach, s/d.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

É por isso que em contraposição à escola “interessada” e “formativa” da burguesia Gramsci contrapõe uma escola “desinteressada”. Como destaca Manacorda:

...Hoje a tendência é abolir toda escola ‘desinteressada’... e ‘formativa, ou deixar dela somente um reduto exemplar para uma pequena *elite* de senhores e de mulheres que não precisam preocupar-se com a preparação para o futuro profissional, e difundir sempre mais escolas profissionais especializadas, em que o destino do aluno e sua futura atividade são determinados desde o início. A crise terá uma solução que racionalmente deveria seguir esta trajetória: escola única inicial de cultura geral, humanística, formativa, que saiba dosar justamente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades do trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de experiências repetidas de orientação profissional, se passará para uma das escolas especializadas ou para o trabalho produtivo...” (Cf., Caderno 12, p. 1530-1, In. MANACORDA, 2004, p. 333).

Para Gramsci, o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial na escola e em toda a vida social, refletindo em todos os organismos de cultura, dando-lhes um novo conteúdo. Em tempos neoliberais este conceito torna-se um importante contraponto à onda das novas pedagogias que se ancoram no terceiro setor e que acabam por inviabilizar projetos verdadeiramente democráticos que tenham por finalidade organizar e organicisar a luta das classes subalternas. O discurso da formação para o trabalho e empreendedorismo, que compõem a maioria de suas propostas educacionais, esta inteiramente fundamentado na filosofia do relatório Jacques Delors¹⁹: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser. Tal fato revela a pertinência de Antonio Gramsci para a análise da conformação da educação contemporânea às atuais

¹⁹ Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors e datado de 1996. O Relatório está publicado em forma de livro no Brasil, com o título Educação: Um Tesouro a Descobrir (UNESCO, MEC, Cortez Editora, São Paulo, 1999). Neste livro, a discussão dos "quatro pilares" ocupa todo o quarto capítulo, pp. 89-102, onde, entre outros temas, que por sua vez estão intimamente relacionados com a necessidade de preparar a classe trabalhadora para os efeitos da conjuntura neoliberal, tem-se a ideologização da “desmaterialização do trabalho” e suas implicações no campo da educação.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

necessidades do capital e de sua reestruturação produtiva, tornando-se um importante referencial para se desmistificar esse novo canto da sereia em educação.

REFERÊNCIAS

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e os Conselhos de Fábrica. In: **Conselhos de Fábrica: Antonio Gramsci/Amadeo Bordiga**, São Paulo, Brasiliense, 1981.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. In: **Karl Marx e Friedrich Engels**, Obras escolhidas, Alfa-omega, pp. 171-206, s/d.

GOHN, Maria da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. **Educação Não-formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2005b.

OLIN, Tau. A crise revolucionária que não houve, (Introdução), In: **A III Internacional Comunista**, vol. II, São Paulo, Brasil Debates Editora Ltda. ME, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel a política e o Estado moderno**. RJ: civilização brasileira, 1978.

_____. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do cárcere**, v. 2, I. *Os intelectuais. O princípio educativo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. RJ: Edições Graal, 1978.

_____. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre-RS: L&PM editores, 1980.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas-SP: editora Alínea, 2007.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

_____. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LENIN, V. I. A doença infantil do esquerdismo no comunismo. In: **obras escolhidas**, v. 3, s/d.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?** Campinas-São Paulo: Autores Associados, 2000.

_____. Sociedade civil e terceiro setor: apropriações indébitas do legado teórico-político de Antonio Gramsci”. In: **Revista de Filosofia Aurora**, PUCPR, v. 20 n.º 26 jan./jun. 2008, pp. 75-100.

_____. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?**, Campinas-SP: Autores Associados/UNISAL, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política**. 3. ed. SP: Nova Cultural, 1988.

_____. **Contribuição à crítica da economia política** [Prefácio], coleção Os pensadores, Nova cultural, 1996.

_____. & Friedrich Engels. **A ideologia alemã**, Karl Marx e Friederich Engels, São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. RJ: Obras escolhidas, vol. 3, Afa Omega, s/d.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Lucia M. W. **A Nova Pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. SP: Xamã, 2005.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

_____. (Org.) **Antonio Gramsci para os educadores**. SP: UNINOVE e UFSCAR, 2008.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.